

## **ENSINAR A LER E A ESCREVER NUMA SOCIEDADE DE CULTURA ORAL**

### **TEACHING READING AND WRITING IN AN ORAL CULTURE SOCIETY**

João Wanderley Geraldi<sup>1</sup>

**Resumo:** Neste texto, a partir da discussão sobre a emergência da escrita num mundo da oralidade, aponta-se que os usos da língua escrita têm relações com o exercício do poder na sociedade. Considerando que a tarefa principal da escolaridade é o ensino do ler e escrever, como um processo de inclusão no mundo da escrita, apresentam-se alguns argumentos para defender o ponto de vista de que a sociedade brasileira é de uma cultura essencialmente oral. Neste cenário em que a escrita está relacionada com o poder em uma sociedade de cultura oral, os processos escolares sempre lastreados na escrita e na leitura enfrentam mais do que questões de ordem técnica: enfrentam problemas de ordem política onde se dão as definições dos acessos possíveis ao mundo da escrita em seu sentido pleno.

**Palavras-chave:** Escrita. Poder. Ensino do ler e escrever.

**Abstract<sup>2</sup>:** Since the discussion about the writing emergency in a world of orality, this text indicates that the uses of written language have relations with the exercise of power in society. Considering that the main task of education is to teach reading and writing as a process of inclusion in the writing world, some arguments are presented to defend the point of view that the Brazilian society is characterized essentially as an oral culture. In this setting in which writing is related to the power in an oral society, the school processes are always backed in writing and the experience of reading faces more than technical issues: they face political problems where the definitions of possible access to the world of writing happen in its full sense.

**Keywords:** Writing. Power. Teaching reading and writing.

## **INTRODUÇÃO**

Qualquer professor-alfabetizador sabe que as crianças, ao chegarem à escola, querem aprender a ler! Podem ter menos interesse em aprender a escrever, mas todas querem ler. Isto porque, de uma forma ou outra, mesmo no campo, a escrita circula em todos os segmentos sociais e em todos os espaços. Mesmo num veículo tipicamente da nova oralidade (a oralidade

---

<sup>1</sup>Professor Titular aposentado da Unicamp.

<sup>2</sup> Tradução do título e do resumo em inglês gentilmente concedida por Marcelo Maciel Ribeiro Filho, graduando em Letras – Português/Inglês pela Universidade Estadual de Goiás – Câmpus Inhumas.

com base num texto escrito como é o caso dos “prompter” usados em jornais televisivos) aparecem textos escritos (documentos, por exemplo).

Ora, saber se movimentar no mundo demanda um conhecimento do código alfabético, o que não significa um domínio do sistema da escrita e dos processos de distinção que o escrever numa sociedade como a nossa produzem. Hoje, com *whatsapp* e com a popularização, cada vez maior, dos instrumentos eletrônicos de comunicação, quase todos escrevem (teclam) pequenas mensagens e até mesmo crianças muito antes de entrarem para a escola e aprenderem o código alfabético já se comunicam por mensagens e mesmo por abreviaturas mais comuns nestas conversas rápidas onde teclar sobre um “curtir” é já estar ligado.

Assim, a escrita circula. As pessoas leem, ainda que não leiam o que julgamos ser devido ler; as pessoas escrevem, ainda que escrevam apenas curtas mensagens (e não usem lápis e canetas, mas teclados digitais).

No entanto, penso que continuamos, nós, brasileiros, membros de uma sociedade de cultura tipicamente oral. E que esta característica se mantém mesmo com as novas formas de escrita e novas formas de leitura. Obviamente isto coloca para a escola desafios múltiplos, porque pretende ensinar a ler e a escrever num nível muito mais profundo e muito menos acessível do que aquele a que grande parte da população tem acesso.

## **1 ESCRITA E ORALIDADE**

O desenvolvimento da oralidade teria sido concomitante com o desenvolvimento da escrita? As inscrições rupestres e a fala teriam a mesma data de nascimento? É possível (não é esta, parece, a tese do filme *Guerra do Fogo*, onde a fala se projeta já como exercício do poder, sem que qualquer registro rupestre apareça no decorrer do filme). Sua concomitância ou não, no entanto, não é fundamental para se compreender o processo histórico de construção social da escrita, dado que as inscrições rupestres são desenhos que significam (que falam) ao leitor, e não palavras (que o leitor lê para construir significação).

Historicamente, foi necessário debruçar-se para escutar a fala e somente sua escuta permitiu a construção dos sistemas de representação escrita. Nos dois caminhos históricos que permanecem até hoje entre nós: a escuta do som para representar segmentos de um contínuo (escritas cuneiformes, mas também as escritas egípcias, por exemplo) ou a “escuta” dos

sentidos para representá-los em segmentos de palavras, agrupamento de palavras ou mesmo frases (as escritas por meio de ideogramas, particularmente no mundo oriental). O entrecruzamento destes dois caminhos é provável e tem sido recuperado por trabalhos de muitos pesquisadores, resumidos com maestria por Marc-Alain Ouaknin (1997) (*Les mystères de l'alphabét*, Editions Assouline, 1997). Nestes seus estudos aproximam-se, por exemplo, as letras A aos chifres do touro e a letra B ao desenho da casa: um mero quadrado, que recebe uma abertura e mais tarde uma representação simétrica entre o interior e o exterior da casa, até chegar ao nosso B contemporâneo.

O desenvolvimento da “afinação do ouvido” perante a fala, abandonada a aproximação entre letras e ideogramas (ou inscrições rupestres), permitiu chegarmos até mesmo a um “alfabeto fonético”, cujos traços gráficos são absolutamente arbitrários. Em verdade, a inspiração na “casa” para o desenho de B continua uma inspiração arbitrária. De modo que nada obriga representar o som (a) pelos desenhos conhecidos como letra /a cursiva, de imprensa, maiúscula cursiva, maiúscula de imprensa A, maiúscula quadrada, ou até mesmo o chamado “a” maiúsculo pedagógico da minha alfabetização... Talvez se possa falar que hoje podemos “transcrever a fala”... Mas conhecer esta “escrita”, seus símbolos, seus desenhos, não é conhecer o mundo da escrita e por ele poder circular.

É preciso mais do que decodificar letras em sons, ou codificar sons em letras, para se chegar ao mundo da escrita que emerge ao longo da história e que se liga, desde os antigos egípcios, às castas do poder. Há, pois, dois movimentos distintos na construção deste mundo. Aquele do desenvolvimento do alfabeto (artefato e não tecnologia) que permitiu chegarmos à imprensa. E aquele da apropriação desta possibilidade construída a múltiplas mãos e por múltiplas culturas. Neste particular, já entramos nas relações de poder e na constituição de diferentes segmentos sociais, um deles sempre se apropriando do fruto produzido por todos. Com a escrita não foi diferente.

Assim a escrita e seu mundo não é somente o alfabeto! O domínio daquela vai muito além do domínio deste. A cidade das letras é uma cidade do poder. Se o modelo topográfico/geográfico da cidade obedece à estética da ordem barroca, permanece na cidade a hierarquia gótica de um poder central do qual tudo emana. Na época, este poder central se escreveu como Deus e sua representação terrestre na Igreja e sua hierarquia, de que a realeza (o sangue azul) é uma contraface civil (eram e ainda são os papas, arcebispos e bispos que coroam os reis). Hoje, este poder central é fluido, quase indefinível, e se escreve como

“mercado”, palavra com que se escondem as vontades de lucro, a mesquinhez e o poder daqueles que comandam o mundo.

Todos os mecanismos de acesso à língua escrita são marcados por relações de poder: a escola, os meios de comunicação social, o acesso a livros. Assim, ter uma população praticamente analfabeta (ou com “letramento” baixo não é um destino, é um projeto político).

Assim, podemos chegar a uma primeira conclusão: dominar a escrita (no sentido técnico) e dominar o mouse e teclados (no sentido de seu manuseio) não é saber a língua escrita nem é estar incluído no mundo digital que tornou acessível a todos a publicização de suas opiniões (o golpe da contemporaneidade nas elites que tornou possível o direito efetivo da liberdade de expressão também àqueles que não são os proprietários dos meios de comunicação).

## 1.1 ALGUNS ELEMENTOS COMPROBATÓRIOS DA ORALIDADE DE NOSSA CULTURA

Não vou tratar aqui da cultura oral, mas da oralidade nos processos culturais típicos de nossa sociedade. Apresentarei alguns poucos elementos para demonstrar sua profundidade em nossos hábitos culturais:

1. É reconhecida por todos a baixa tiragem de revistas e jornais brasileiros, mesmo aqueles de larga circulação como a *Folha de S. Paulo* ou a espantosamente ruim *Veja*. E nossos jornais perdem cada vez mais leitores “no papel”, que estão transitando para a leitura em veículos digitais. Os jornais impressos em papel tendem a desaparecer. Mas a leitura digital de jornais muda apenas o veículo e não significa oralidade da cultura. O problema é que, mesmo dispendioso – quando dispõem – da possibilidade de acesso a informações através da internet, o que nosso usuário faz é entrar nas redes sociais, ler pequenos textos, responder ou comentar com textos menores ainda. E os jornais, mesmo com suas edições online, continuam a não aumentar o número de seus leitores e, portanto, suas edições permanecem baixíssimas se comparadas com o todo da população brasileira.
2. Se os jornais são poucos – em número e em tiragem – a edição de livros é ainda menor. Uma edição de um livro, de modo geral, não ultrapassa 1000 exemplares! Com as condições técnicas hoje disponíveis, editoras acabam por produzir às vezes 100 ou 300 exemplares que põem à venda. Esgotados estes poucos exemplares, fazem novas

reimpressões. Há exceções, obviamente. Um livro de um Jô Soares já sai em edições de larga escala, mas esta larga escala é ridícula frente ao número de cidadãos alfabetizados do país! Mesmo Jorge Amado e Érico Veríssimo – os dois únicos escritores brasileiros que viveram somente de seu trabalho de escritores – viam tiragens “miraculosas” de 50 mil exemplares! Que são 50 mil perto de uma população, à época, em torno de 150 milhões? Mesmo que 50% destes fossem analfabetos – e não eram, é claro –, uma tiragem dos grandes escritores brasileiros na ordem de 50 mil exemplares é uma tiragem baixíssima. A única exceção de grandes tiragens fica por conta dos livros didáticos, principalmente depois que o governo federal passou a comprar e distribuir gratuitamente este tipo de livro. E seu número crescente é consequência da recente quase universalização do acesso à escola.

3. Na nossa história, a existência da imprensa é recente: “Por causa da censura e da proibição de tipografias na colônia, impostas pela Coroa Portuguesa, o Brasil tardou a conhecer a imprensa. Data de 10 de maio de 1747 a ordem régia de D. João V, executando o sequestro de todas as letras de imprensa que se encontrassem no Brasil. Somente em 1808 é que surgem os dois primeiros jornais brasileiros. Em junho, o *Correio Braziliense*, editado e impresso em Londres pelo exilado Hipólito da Costa e em setembro do mesmo ano, a *Gazeta do Rio de Janeiro*.” (Disponível em: <<https://olavosaldanha.wordpress.com/os-primeiros-jornas-do-brasil/>>). É de se estranhar que, com apenas dois séculos de existência da letra impressa no país, tenhamos caminhado tanto.
4. Ao atraso da chegada da imprensa, às tiragens de revistas, jornais e livros, acrescentemos alguns aspectos da experiência cotidiana que nos mostram a predominância da oralidade por meio de duas situações:
  - (a) preparando-se para “tirar carteira de motorista”, um desejo típico entre a população de renda mais baixa, mas que chegou ao mundo do consumo de bens duráveis, cedo meu computador a uma amiga, tempo para “estudar” para a prova “teórica”, realizando os testes das perguntas disponíveis na internet e que remetem à legislação do trânsito. Percebo sua dificuldade de leitura. Sua formação escolar chegou ao nível fundamental, portanto não chegou a terminar o ensino básico que hoje inclui o ensino médio. Ela é usuária constante das novas formas de comunicação social que, ao contrário do previsto por McLuhan nos anos 1970, de que chegaríamos a uma “aldeia global” que dispensaria a escrita, demandam o domínio do alfabeto, da escrita. Leitora e navegadora pelas redes sociais e autora de

mensagens pelo *whatsapp*, minha amiga tinha dificuldade em entender perguntas simples. E o motivo me surpreendeu: eram perguntas com mais do que duas linhas completas... Ela se queixava: quando estou lendo a terceira linha já não me lembro do que li antes... Por isso não consigo entender o que estão perguntando! Isto para mim exemplifica o fato de que muitos dos que “escrevem” mensagens – e o fazem em textos carregados de oralidade, o que para mim não é problema algum – transitam pela escrita, mas não transitam pelo mundo da escrita.

- (b) Quando nos dirigimos a um balcão de informações de uma repartição pública, dirigimos ao funcionário nossa pergunta. Se ele nos entregar um folheto explicativo que deveremos ler para nos orientarmos em relação ao que queremos, achamos que estamos frente a um servidor de má vontade. Por que ele não explica? Por que entregar o folheto, se ele sabe e pode dizer para a gente? Pessoalmente, como bancário, passei por estas situações de ser olhado como se eu estivesse com má vontade! Numa cultura letrada, deveria ser usual recebermos orientações por escrito, manuseá-las e resolvermos assim nossas pendências. Mesmo pessoas letradas, socialmente entre aquinhoados, ao receberem o folheto, perguntam: Não dá para dar uma explicação rápida?
- (c) Tive uma excelente aluna no programa de pós-graduação em Linguística onde trabalhei. Foi minha orientanda de mestrado e doutorado. Realizou seus trabalhos com perfeição invejável. Depois de alguns encontros, comecei a perceber que ela não anotava nada do que eu dizia nas orientações sobre o trabalho, inclusive as indicações de bibliografia. Numa das nossas sessões, reclamei: “Você não vai anotar nada?” e recebi a resposta: “Se eu anotar, vou esquecer!”. Eu, habituado à escrita e a tê-la numa das suas funções de “guardar a memória”, já me desacostumara que a memória pode funcionar e que não demandamos necessariamente da escrita para sermos lembrados de algo. Minha ex-orientanda, obviamente pertencente ao mundo da escrita e nele circulando com facilidade, mantinha suas capacidades de “armazenar” informações orais que eu havia perdido! Ela provinha de uma cultura oral e não perdera suas origens, enquanto que eu, provindo do mesmo ambiente, fui tão escolarizado que perdi toda a capacidade de sobreviver sem anotações escritas!

Sei que estes poucos elementos aqui trazidos à baila não são suficientes para definir a sociedade brasileira como de cultura oral. Acontece que estamos habituados a usar esta expressão para nos referirmos a culturas extremamente elaboradas do passado e que não

dispunham de escrita. Transmitiam oralmente seu passado, sua história, suas crenças, a vida de seus heróis, suas regras de convívio etc. etc. Os poemas homéricos, somente muito mais tarde recolhidos e tornados letra escrita, são invocados como exemplo de “cultura oral”. Culturas orais persistem, inclusive entre nós, em povos indígenas ágrafos.

Outro argumento contrário a caracterizar nossa cultura como oral é o fato de vivermos com a escrita, de a encontrarmos em todos os lugares, como afirmei anteriormente. Mas uma coisa é uma sociedade ágrafa; outra coisa é uma sociedade que, dispondo de escrita, prefere a oralidade em suas relações e usa a escrita de forma esporádica ou de forma superficial. É a este sentido de “cultura oral” que estou me referindo. O Brasil é um país letrado, sem dúvida alguma. Sua legislação é escrita. Sem ela, sem participar do mundo da escrita, o cidadão entra em jogo com baixas condições de sucesso.

Tudo isso é sabido. Ainda assim, o trânsito dos escolarizados no mundo da escrita é extremamente baixo. Temos poucos escritores. Temos poucos ensaístas. Temos poucos jornalistas para o tamanho de nossa população. Temos baixa cultura letrada num mundo em que a escrita circula incessantemente, mas entre os mesmos de sempre: uma seleta camada social. E todos sabemos que a escrita funciona, como apontou Maurizio Gnerre: “como um arame farpado”, com o qual se separam classes sociais distintas.

Este mundo letrado, num passado não distante, funcionou como um anel em torno do poder estabelecido (cf. Angel Rama). Ainda hoje, nas redações dos grandes jornais, nas redações das redes de televisão, predominam escritores de pena à venda que escrevem o que se lhes exige, de interesse da elite brasileira, mesmo quando estas não têm qualquer razão como mostram os fatos políticos brasileiros de golpes de estado a mais ou menos a cada 20/30 anos. Sempre a escrita se pôs à disposição destes movimentos.

Por fim, mas não menos importante, é preciso salientar a força destas relações entre o mundo da escrita e o poder. No mundo político brasileiro o fato de haver surgido uma liderança popular com baixo trânsito no mundo da escrita, sem escolaridade superior, e mesmo assim ter chegado à presidência da república, provocou no mundo bem posto da escrita uma reação tempestiva. Todos conhecemos os fatos recentes da história do país e os vivemos. Os achincalhamentos sofridos por um membro proeminente do mundo da oralidade permite aquilatar o quanto de desprezo vota a elite brasileira àqueles que não superaram as barreiras que ela mesma impõe para chegar ao “mundo da escrita” e nele circular com destreza e liberdade.

Certamente a escrita pode funcionar de forma contra-hegemônica. Há notícias que mesmo durante a escravatura circularam impressas entre os escravos (não conheço qualquer destas publicações). O certo é que a existência de jornais clandestinos é uma tradição na luta popular. A imprensa de esquerda, dos movimentos de esquerda radical, sempre produziram seus jornais, panfletos, folhas soltas<sup>3</sup>.

Eis, pois, o quadro: o mundo da escrita e sua relação com o poder; a oralidade predominante na cultura brasileira. É neste cenário que ensinamos a ler e a escrever, desde os primeiros anos de escolaridade. Da alfabetização ao fim do curso superior! Na escola lidamos com a escrita, e a oralidade aí presente – exceto nos intervalos de aulas – é uma oralidade dominada pela escrita e por suas formas de circulação. A tomada da palavra, a “concessão da palavra” em reuniões e assembleias, mostra que neste mundo o poder se faz presente e que os modos de se fazer locutor seguem quase que *pari passu* as formas de funcionamento do mundo da escrita.

Ao ensinarmos a ler e a escrever, não podemos deixar de lado os usos sociais da escrita. Não podemos deixar de analisar, com aqueles que estão entrando neste mundo, como ele funciona e como poderia ser diferente. Mas pensar que poderia ser diferente, uma das funções mais dignas da escola, está se tornando um perigo numa sociedade que pende cada vez mais para um espectro extremamente de “direita”, entendida esta com a manutenção de abissais distinções de classe, de renda e de acesso a bens culturais<sup>4</sup>.

## REFERÊNCIAS

GERALDI, João Wanderley. *A língua escrita e os desafios de ser professor*. Disponível em: <<https://portos.in2web.com.br>>. Acesso em: 16 set. 2016.

GNERRE, Maurizio. *Linguagem, Escrita e Poder*. São Paulo : Martins Fontes, 1985.

PEREIRA, José Pacheco. *Armas de Papel. Publicações periódicas clandestinas e do exílio ligadas a movimentos radicais de esquerda cultural e política (1963-1974)*. Lisboa : Círculo de Leitores, 2013.

OUAKNIN, Marc-Alain. *Les mystères de l'alphabet*. Editions Assouline, 1997.

RAMA, Angel. *A Cidade das Letras*. São Paulo : Brasiliense, 1985.

---

<sup>3</sup>José Pacheco Pereira (2013) analisa 158 jornais publicados pela esquerda radical no período de 1963 a 1974 em Portugal. Não conheço obra que faça um panorama tão vasto sobre a imprensa clandestina brasileira.

<sup>4</sup>Criminalizar professores por tentarem abrir outras perspectivas de concepção de mundo é o que deseja neste momento brasileiro o projeto da *Escola Sem Partido*.